

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Mestre, doutor e livre docente pela Universidade de São Paulo, onde é
Professor Titular.
Professor da escola Paulista da Magistratura

EFETIVIDADE DO PROCESSO E TÉCNICA PROCESSUAL

Malheiros Editores

São Paulo, 2006

SUMÁRIO

Prefácio (Cândido Rangel Dinamarco)	7
Capítulo I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS	
1. Apresentação do tema	17
2. Noções introdutórias	19
3. Processo justo e técnica processual	24
4. Objetivo da investigação	27
5. Técnica processual e finalidade do processo	31
6. Processo e procedimento: método de trabalho	34
7. Processo, técnica e inversão de valores	40
8. Formalismo e escopo do processo	43
9. A crise no processo civil e as tutelas sumárias	46
10. Efetividade do processo	49
11. Efetividade e simplificação da técnica	51
12. Processo: aspectos terminológicos	54
13. Controle da regularidade processual	56
14. Instrumentalidade das formas: opção entre valores	58
15. Instrumentalidade das formas, procedimento e devido processo legal	62
Capítulo II - TÉCNICA PROCESSUAL	
1. Processo e técnica	72
2. Repensando a técnica processual	75
3. Técnica processual: finalidade	77
4. Técnica processual e efetividade do processo	78
5. Técnica processual: óbice aos escopos do processo	80
6. Dois aspectos da efetividade do processo	83
7. Técnica processual: visão teleológica	90
8. Forma em sentido estrito e formalismo processual (ou a técnica processual)	91
9. A forma ontem e hoje	94
10. Formalismo e informalismo: a busca do equilíbrio	98
11. Juiz e técnica	102
12. Poderes do juiz e a flexibilização da técnica	107
13. Técnica processual e opção legislativa	111
14. Várias formas de participar do contraditório: uma questão de técnica processual	115
15. Fungibilidade de meios: previsão legal	116
16. Fungibilidade e ausência de previsão legal	118
17. Fungibilidade: proposta ampliativa	121
18. Técnica da preclusão consumativa	124

Localização: 34:504(81)

C355t

Código de barras: STJ00062769

19. Preclusão: finalidade	126
20. Elementos objetivos da demanda e da defesa: eventualidade e preclusão	131
21. Direito superveniente e alteração dos elementos objetivos da demanda e da defesa	135
22. Preclusão e ineficácia do ato processual	140
23. Preclusão consumativa e regularização do ato processual	143
24. Apelação: requisitos de admissibilidade e preclusão	146
25. Contestação, reconvenção e preclusão	149
26. Preclusão: evolução histórica, Direito estrangeiro e síntese conclusiva	152
27. Atos de comunicação processual e preclusão: estranha opção	155
28. As três categorias fundamentais do processo: pressupostos processuais, condições da ação e mérito	158
29. Requisitos de admissibilidade do exame do mérito: necessidade de flexibilização	161
30. Ausência de requisito de admissibilidade e julgamento do mérito: proposta	163
31. Extinção do processo sem julgamento do mérito e efeito devolutivo da apelação	168
32. Não-observância da técnica processual: os dois ângulos da questão	171
33. Técnica processual e objetivos: visão finalista	175

Capítulo III - PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. Pressupostos processuais e mérito	180
2. Função dos pressupostos processuais	183
3. Classificação dos pressupostos processuais	186
4. Concepção originária da categoria dos pressupostos processuais	188
5. Pressupostos processuais e interesse das partes	192
6. Ausência de pressuposto processual e julgamento do mérito	193
7. Ausência de capacidade postulatória	199
8. Ausência de procuração e inexistência dos atos	201
9. A correia dimensão dos pressupostos processuais	204
10. Compatibilidade entre a tese e o Código de Processo Civil.	207
11. Pressupostos de existência do processo	211
12. Autor e pedido como requisitos de existência do processo	214
13. Jurisdição e competência constitucional como requisitos de existência do processo	222
14. Custas processuais: falta de recolhimento e inadmissibilidade de julgamento do mérito	225

Localização: 34:504(81)

C355t

Código de barras: STJ00062769

Capítulo IV – CONDIÇÕES DA AÇÃO

1. Ação e as denominadas "condições da ação"	229
2. Condições da ação	235
3. Desenvolvimento do processo e direito material	238
4. Noção de "mérito"	242
5. Mérito e objeto da cognição judicial	247
6. Visão restrita sobre condições da ação	250
7. Carência e falsa carência	253
8. Condições da ação e mérito: categorias distintas	255
9. Conseqüências da distinção	257
10. Condições da ação e questão de direito	259
11. Possibilidade jurídica da demanda	264
12. Identidade entre impossibilidade jurídica e mérito: confirmação	268
13. Impossibilidade jurídica e mérito: ainda a teoria aplicada	273
14. Possibilidade jurídica e pretensão	275
15. Legitimidade ad causam	278
16. Legitimidade e mérito: objeto da cognição	283
17. Ilegitimidade e improcedência: diferença?	286
18. Interesse processual	293
19. Interesse processual e tutelas constitutiva e condenatória	298
20. Interesse: inadimplemento e inexigibilidade	299
21. Interesse processual e tutela declaratória	307
22. Interesse e ação declaratória positiva	309
23. Falta de interesse e ação declaratória positiva: especificidade e julgamento de mérito	312
24. Ainda a falta de interesse na tutela declaratória e julgamento do mérito	315
25. Novas considerações sobre o interesse na ação declaratória a teoria da asserção	318
26. Interesse e ação declaratória negativa	322
27. Interesse processual e mérito: novo confronto e utilidade da distinção	324
28. Ainda confirmando os enunciados teóricos	328
29. Interesse processual e resistência do réu (demanda condenatória)	330
30. Ainda sobre condições da ação e natureza da sentença	334
31. Impossibilidade jurídica, ilegitimidade e ausência de interesse: confronto	338
32. Carência da ação e imutabilidade da sentença	341
33. Condições da ação: reafirmando algumas conclusões	347
34. Rescisória: carência e falsa carência	353

Localização: 34:504(81)

C355t

Código de barras: STJ00062769

35. Ausência das condições da ação e julgamento do mérito	356
36. Ausência de interesse processual e julgamento do mérito	359
37. Interesse processual e execução sem título	370
38. Ilegitimidade de parte e julgamento do mérito: litisconsórcio necessário	376
39. Ainda o litisconsórcio necessário: a proposta colocada em prática	381
40. Ilegitimidade de parte e julgamento do mérito: alcance da conclusão	384
41. Técnica das condições da ação e instrumentalidade do processo	387
42. Categoria dos requisitos de admissibilidade do julgamento de mérito	391
43. Ausência de condições da ação e acolhimento da pretensão: a sentença injusta	396
44. Propostas a respeito, das condições da ação	402
45. Síntese conclusiva das, idéias sobre condições da ação	403

Capítulo V- NULIDADES PROCESSUAIS

1. Ato processual: ato jurídico em sentido estrito	406
2. Vício do ato processual: peculiaridade	410
3. Forma desnecessária	414
4. Necessidade da forma	418
5. Forma e finalidade	420
6. Forma e finalidade: ponto de equilíbrio	422
7. Critério para abrandamento do rigor formal	424
8. Código de Processo Civil, legalidade e instrumentalidade das formas	428
9. Nulidade e eficácia: ausência de prejuízo	432
10. Natureza do vício e convalidação do ato	437
11. Nulidades processuais absolutas e cominadas: ainda sobre a convalidação	446
12. Inexistência material do ato processual	454
13. Inexistência jurídica do ato processual	457
14. Vícios da citação	460
15. Escopo da citação	465
16. Outras considerações sobre inexistência jurídica e citação	467
17. Falta de citação e conceito de "processo"	475
18. Réu falecido	477
19. Garantias constitucionais e nulidades processuais: contraditório e ampla defesa	481
20. Ausência de contraditório e validade do processo	484
21. Violação a outras garantias constitucionais: juiz natural,	

Localização: 34:504(81)

C355t

Código de barras: STJ00062769

motivação, publicidade e proibição de provas ilícitas	489
22. Vícios da sentença	492
23. Nulidades processuais: duas visões distintas	496
24. Ausência de prejuízo e jurisprudência	502

Capítulo VI - CLASSIFICAÇÃO DAS TUTELAS E TÉCNICAS DE EFETIVAÇÃO DOS RESPECTIVOS EFEITOS PRÁTICOS

1. Classificação da ação e do processo	506
2. Classificação da tutela jurisdicional	509
3. Tutelas cognitivas	510
4. Tutela mandamental	511
5. Tutela mandamental: indefinição	513
6. Sentenças mandamental e executiva: características	515
7. Classificação ternária: critérios	519
8. Tutela condenatória	524
9. Tutela condenatória plena	533
10. Formas de efetivação da tutela condenatória	538
11. Ainda sobre a efetivação da tutela condenatória	541
12. Condenação sem execução	543
13. Sanção executiva	547
14. Tutela constitutiva com efeito condenatório	550
15. Condenação: execução e outras técnicas de efetivação	551
16. Síntese conclusiva sobre as tutelas mandamental e executiva	556
17. Inadequação da tutela e fungibilidade	559
18. Conseqüências da solução adotada	564
Conclusão	568
Bibliografia	579